



## XXXVII

CONGRESSO INTERNACIONAL  
DA PROPRIEDADE INTELECTUAL DA ABPI  
INTERNATIONAL CONGRESS ON INTELLECTUAL PROPERTY - ABPI

ABPI  
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

Propriedade Intelectual no Atual Contexto Político e Econômico Mundial

20-22 de Agosto . 2017. RJ. Brasil

Foi uma jornada de trabalho, de encontros de negócios, de networking, mas também de relaxamento e confraternização. O segundo dia do XXXVII Congresso Internacional da Propriedade Intelectual da ABPI encerrou em grande estilo, com o tradicional jantar oferecidos pelos escritórios. Nas duas plenárias do dia, sob o viés da Propriedade Intelectual, os congressistas debateram sobre concorrência, tecnologia, finanças e a nova configuração política e econômica internacional. “Foram debates de altíssima qualidade, interativos, com participação ativa dos congressistas, que fizeram perguntas e obtiveram respostas”, avaliou a presidente da ABPI, Maria Carmen de Souza Brito.

Os oito painéis do evento, de fato, atenderam todos os gostos. Falou-se de política, economia, internet, agências reguladoras e, sim, até de questões jurídicas. A demora na tramitação dos pedidos de patentes foi um dos painéis mais concorridos pelos advogados que lotaram as salas de debates. Mas sobre este

## Um congresso interativo de trabalho e confraternização



tema, ainda tem mais. Hoje, no último dia do evento, os congressistas terão oportunidade de aprofundar o assunto nas duas plenárias do dia: uma discutirá

as iniciativas legislativas para o aperfeiçoamento da legislação e outra sobre a experiência compartilhada com os escritórios de PI. Imperdível. ■



## Inovação e empreendedorismo andam de mãos dadas

Com o tema “PI e Negócios: Como Patentes, Concorrência, Tecnologia e Finanças Convergem” a primeira plenária do congresso debateu a importância da inovação e empreendedorismo como elementos-chave para o Brasil em cenário de instabilidade econômica. Para Cesar Bonine, gerente de PI e de Assuntos Regulatórios da Fibria Celulose, as empresas precisam criar soluções únicas, “descommoditizar”, investir em P&D e redefinir o negócio, buscando uma diversificação.

Os debatedores discutiram como os resultados dos processos de inovação e a propriedade intelectual das empresas inserem-se no planejamento estratégico das empresas. “Saber empreender, ir a ação, ser proativo, além de criar um modelo inovativo de empreendedorismo”, sugeriu Istvan Kasznar, da Fundação Getúlio Vargas.

A plenária contou, ainda, com a participação de José Carlos Pinto, Diretor do Parque Tecnológico da UFRJ, e a moderação ficou a cargo de Maria Carmen S. Brito, presidente da ABPI. ■



## Hora de arrumar a casa e derrotar o backlog

O advogado Luiz Henrique do Amaral, do escritório Dannemann Siemsen, está na contramão da onda pessimista que tem predominado no país. “A situação está difícil, mas há um certo exagero na avaliação da conjuntura”, disse ontem, durante debate na plenária II do Congresso, “A inserção da PI na atual configuração política e econômica internacional”, que reuniu, ainda Ygor Valerio, da Motion Picture América Latina, Angelica Garcia, do Escritório Britânico de Propriedade Intelectual, Evellyn Montellano, consultora da FMC Technologies, e teve como moderador Benny

Spiewack, do Zancaner, Costa, Bastos e Spiewak Advogados. “É da natureza do brasileiro exacerbar seus sentimentos”, acrescentou.

“Agora é hora de arrumar a casa”, disse Amaral, para quem as condições são favoráveis para a tarefa “Temos um INPI mais pragmático mais liberal, preocupado em trazer soluções, o que é alentador”. Para ele, houve um erro de avaliação dos agentes de PI nas consequências da crise dos derivativos de 2008. “Muitos achavam que era uma marola e que nossos problemas estruturais seriam resolvidos com a contratação de novos examinadores para o INPI, sem levar em conta que o número de patentes estava crescendo”, disse. “Ora, o backlog de marcas, de 400 mil pedidos, e de patentes, que chega a 250 mil, não será resolvido da forma clássica”. ■

## Por uma nova base jurídica para o mercado de arte

“Há um descompasso entre a legislação de direitos autorais, basicamente estabelecida no século XIX, e a que ainda é aplicada para a arte do século XXI”, disse, ontem, o professor adjunto do Curso de Direito – Centro de Prática Jurídica da Universidade Federal do Paraná, Marcelo Miguel Conrado, durante o painel “Novas perspectivas da PI no mercado de artes: direitos autorais e

arte contemporânea”. O painel contou também com a participação do artista plástico José Bechara, do advogado Gustavo Martins de Almeida e que teve com moderador o advogado e especialista em artes plásticas Álvaro Piquet Pessoa.

Os debatedores levantaram a necessidade de uma nova base jurídica que contemple as múltiplas facetas do mercado de arte, de forma a adequá-las ao cenário atual, em que os artistas se apropriam, pegam emprestado ou contam com a participação do público para concluir suas obras. ■

## Grã-Bretanha continua adotando normas de PI da União Europeia

A saída da Grã-Bretanha da União Europeia foi analisada por Jonathan Clegg, sócio do Cleveland Scott York, ontem, no painel 1 – “PI em um mundo de mudanças: Europa e Brexit; Estados Unidos e sua saída do TPP: onde entra a proteção da Propriedade Intelectual?”. Segundo ele, o Reino Unido continuará adotando as normas de Propriedade Intelectual da União Europeia até o dia 29 de março de 2019, e não está definido se existirá uma prorrogação do prazo.

Segundo Clegg, há duas possibilidades de formato para saída. No *Hard Brexit*, que consiste no corte dos principais laços formais com a União Europeia, a Grã-Bretanha manteria controle sobre suas fronteiras, afastando-se da legislação e dos tribunais da EU e negociando comércio a partir do ponto de partida da OMC. A outra possibilidade é a *Soft Brexit*, que incluiria novos acordos, conservando potencialmente o acesso ao mercado único e o relacionamento com as fronteiras.

O painel contou, ainda, com a participação de Ari Laakkonen, do Powell Gilbert LLP, Cristina A. Carvalho, da Arent Fox LLP e Peter Schechter, Osha Liang LLP, com a moderação de Marcio Merkl, do Abreu Merkle Advogados Associados. ■



INTERNATIONAL CONGRESS  
OF LIGUE INTERNATIONALE  
DU DROIT DE LA CONCURRENCE

**LIDC**

5-8 October 2017 - Rio de Janeiro

**REGISTER NOW!**

### EXPEDIENTE

REDAÇÃO E EDIÇÃO: Rubeny Goulart, Marcello Stutz Pupo e Andre Boudon  
FOTOS: Gabriel Andrade  
PROJETO GRÁFICO: Luciana Mello  
TRADUÇÃO: Dolores Montero  
IMPRESSÃO: Menon Gráfica Digital



## Agilidade na tramitação de patentes é desafio para o Brasil

O processo de concessão de patentes no Brasil, que pode demorar dez anos, deveria ser feito na metade do tempo para gerar um impacto positivo na economia concordaram os debatedores do painel “O impacto socioeconômico da demora da tramitação dos pedidos de patente”, ontem, no penúltimo dia do Congresso. O painel, moderado pela advogada Ana Cristina Almeida Miller, do escritório Barbosa Mussnich Aragão, contou com a participação da executiva da Braskem Eneida Elias Barbare, de Patrícia Franco Leal Gestic, da Inova Unicamp, e de Matthew Dick, da D. Young & Co LLP.

Em centros de excelência como a Inova Unicamp, o investimento em startups e em inovação vem gerando novas patentes, o que contribui para o desenvolvimento de novas tecnologias. Porém o desempenho brasileiro como um todo ainda é baixo. A conclusão dos palestrantes foi unânime: o governo brasileiro precisa investir mais em pesquisa científica para criar novas patentes e também mecanismos para agilizar os processos para o registro de patentes. “O Brasil investe apenas 1,4% do PIB em pesquisa científica e as bolsas de estudo representam apenas 0,25% do PIB”, diz Eneida Barbare. ■

## Grupo brasileiro indica nomes para AIPPI

O grupo brasileiro da Associação Internacional pela Proteção da Propriedade Intelectual (AIPPI), em café da manhã durante o Congresso, indicou os nomes de Luiz Henrique do Amaral, atual secretário geral assistente da entidade, para a segunda vice-presidência e da associada Maria Inez Araújo de Abreu para o Comitê de Seleção do Locais dos próximos Congressos. A eleição ocorrerá durante o Congresso Mundial da AIPPI 2017, em outubro, em Sydney, Austrália.

Com mais de 9000 membros de 125 países, sendo 800 da América Latina, a AIPPI é das associações internacionais mais ativas no desenvolvimento e aperfeiçoamento das leis da propriedade industrial. ■



## Piratária digital sem legislação específica

O *trade dress*, conjunto distintivo de um produto, serviço ou estabelecimento comercial, não dispõe de proteção específica no INPI, mas já há precedentes na Justiça que se amparam na legislação de Propriedade Industrial, explicou, ontem, Carlos Augusto Thomas, do Ceditec-UFRJ, durante debate sobre “Marcas na era digital: os

desafios de busca e proteção de marcas em tempos da geração imediata de conteúdo”.

Vários exemplos de conflitos envolvendo sinais distintivos foram apresentados no painel. Num dos exemplos de *trade dress* analisados por Thomas a Mr. Cat ganhou ação na Justiça contra a Mr Foot, do mesmo ramo de negó-

cio, que foi obrigada a remodelar sua vitrine por similaridade com a da concorrente. A advogada Virginia Cervieri, do Cervieri Monzuães & Associados, por sua vez, relatou o caso de cópias dos óculos *ray ban*, que eram vendidos no mercado livre. O infrator foi preso numa rua de Montevideo, no ato da venda do produto.

O debate teve ainda a participação de Antonio Murta, do Murta Goyanes Advogados, e a moderação de Luis Fernando Matos, do Matos e Associados Advogados. ■



## Congressistas confraternizam no jantar dos escritórios

Ao final dos trabalhos do segundo dia do Congresso, os participantes desfrutaram do tradicional jantar de confraternização, no Hotel Grand Hyatt, patrocinado pelos escritórios de PI.

O local, em ambiente descontraído e festivo, foi oportunidade de networking com os principais parceiros da ABPI, entidades e autoridades ligadas ao tema da Propriedade Intelectual. ■





# XXXVIII<sup>Nº 18</sup> BRASIL

## CONGRESSO INTERNACIONAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL • ABPI

INTERNATIONAL CONGRESS ON INTELLECTUAL PROPERTY • ABPI

[19-21] AGOSTO AUGUST **SP**



SÓCIOS INSTITUCIONAIS » INSTITUTIONAL MEMBERS

<p><b>PLATINA » PLATINUM</b></p> <p>DANNEMANN SIEMSEN BIGLER &amp; IPANEMA MOREIRA</p> <p><b>INTERFARMA</b> Monsaury Pimenta Machado &amp; Vieira de Mello <small>ASSOCIADOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL</small></p> <p><b>MONSANTO</b></p> <p><b>QUALCOMM</b></p>	<p><b>PRATA » SILVER</b></p> <p><b>DANIEL</b> <small>LEGAL &amp; PATENTING</small></p> <p><b>Microsoft</b></p> <p><b>MPA</b> <small>MARCA PATENTE</small></p>	<p><b>BRONZE</b></p> <p><b>BHERING</b> ADVOCADOS</p> <p><b>Di Biasi Parente &amp; Associados</b></p> <p><b>Kasznar Leonardos</b> PROPRIEDADE INTELECTUAL</p> <p><b>Arbore, Pabian &amp; Schmidt</b></p> <p><b>DN</b> <small>GRUPO DE FINANÇAMENTO</small></p> <p><b>GUSMÃO &amp; LABRENE</b></p> <p><b>QUADRETO</b> ADVOCADOS</p>
---	---	---

## Direito concorrencial na internet

O debate “PI e restrições verticais à concorrência em plataformas *on line*”, que ocorrerá nesta terça, no painel 16, o último do Congresso, é uma prévia dos temas que serão abordados no congresso da *LIDC - International League of Competition Law*, de 5 a 8 de outubro próximos, no hotel Othon, em Copacabana. Organizado pela ABPI, o evento, que será realizado pela primeira vez no Brasil, terá como tema as questões A e B, ligadas à Propriedade Intelectual vis-à-vis o direito concorrencial antitruste. “As discussões a serem travadas no âmbito da LIDC eventualmente subsidiarão as agendas regulatórias dos países nestas áreas”, explica o presidente do grupo nacional Paulo Parente, moderador do painel do Congresso. ■